

Programas sociais e redução da taxa de desemprego no Brasil até 2013

Los programas sociales y la reducción de la tasa de desempleo en Brasil hasta 2013

Social programs and reduction of the unemployment rate in Brasil until 2013

Fernando Augusto Mansor de Mattos

Prof. do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e Doutor em Economia pela UNICAMP

Contato: fermatt1@hotmail.com

Artigo recebido em 26/07/2015 e aceito em 28/08/2015



Resumo

A taxa de desemprego apresentou redução quase contínua entre 2002 e 2013, apesar da desaceleração econômica ocorrida em 2009 e no primeiro mandato de Dilma. Este trabalho tem por objetivo buscar explicações para o que parece ser um contrassenso: por que a taxa de desemprego manteve essa trajetória, apesar da economia ter exibido, no período 2009-2013, um crescimento bem menor do que havia exibido entre 2003 e 2008? O argumento central do artigo é que a sustentação de políticas sociais que afetaram o comportamento da oferta de mão de obra se somaram a fatores econômicos e demográficos para manter a queda da taxa de desemprego. Entre essas políticas sociais, destacam-se os programas educacionais como FIES e PROUNI.

Palavras-chave: Desemprego. Políticas sociais. Decomposição da taxa de desemprego. Brasil sob os Governos de Lula e Dilma.

Resumen

La tasa de desempleo mostró una reducción casi continua entre 2002 y 2013, a pesar de la desaceleración económica que se produjo en 2009 y en el primer mandato de Dilma. Este trabajo tiene como objetivo buscar explicaciones para lo que parece ser una paradoja: por qué la tasa de desempleo se mantuvo esta trayectoria, a pesar de la economía han demostrado, en el período 2009-2013, un crecimiento mucho menor de lo que se visualiza entre 2003 y 2008? El argumento central del artículo es que el apoyo de las políticas sociales que han afectado el comportamiento de la oferta de trabajo se han añadido a los factores económicos y demográficos para mantener la caída de la tasa de desempleo. Entre estas políticas sociales, se destacan los programas educativos como FIES (Fondo de Financiamiento Estudiantil) y PROUNI (Programa "Universidad para Todos").

Palabras-clave: Desempleo. Políticas sociales. Descomposición de la tasa de desempleo. Brasil bajo los gobiernos de Lula y Dilma.

Abstract

The unemployment rate showed almost continuous reduction between 2002 and 2013, despite the economic slowdown occurred in 2009 and in the first term of Dilma. This paper aims to seek explanations for what appears to be a paradox: why the unemployment rate remained this trajectory, despite the economy have shown, in the period 2009-2013, a much lower growth than was displayed between 2003 and 2008? The central argument of the article is that the support of social policies that have affected the behavior of labor supply were added to economic and demographic factors to keep the fall in the unemployment rate. Among these social policies, we highlight the educational programs as FIES and PROUNI

Key words: Unemployment. Social Policies. Decomposition of unemployment rate. Lula and Dilma presidential terms in Brazil.



APRESENTAÇÃO

1-As tabelas e gráficos presentes neste artigo foram elaborados pelo economista Vinicius Moraes de Medeiros. O uso, análise e comentários sobre seus dados, deve-se registrar, são de inteira e única responsabilidade do autor deste artigo

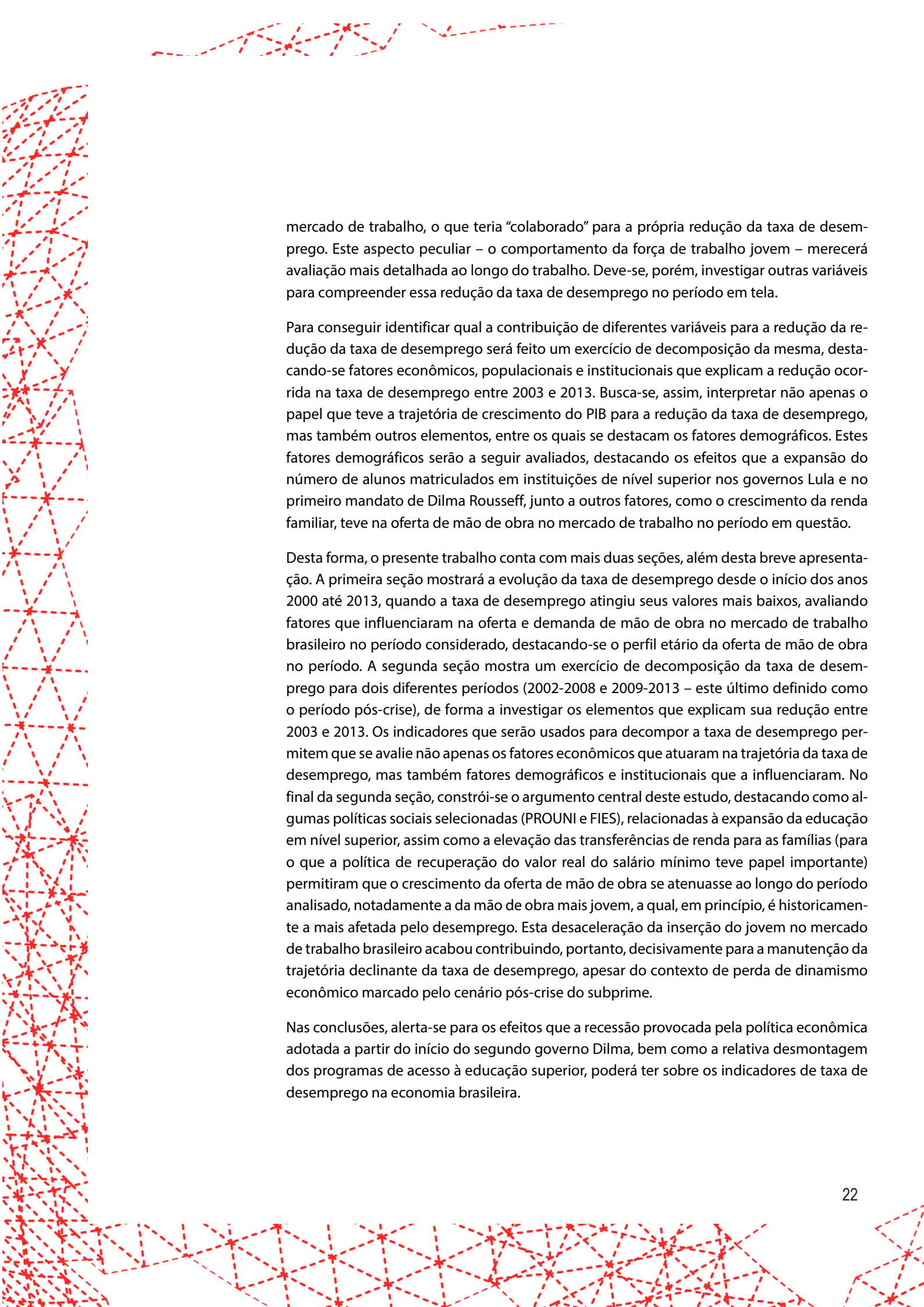
A taxa de desemprego apresentou queda quase contínua entre 2002 e 2013. De acordo com a nova PME (Pesquisa Mensal de Emprego), provida pelo IBGE a partir de 2002, o desemprego registrou seu maior índice em agosto de 2003, quando alcançou 13,1% da PEA desocupada. Desde então, sua trajetória da taxa de desemprego foi quase continuamente declinante (exceto por um pequeno aumento entre meados de 2005 e meados de 2006 e de aumento por alguns meses entre o final de 2008 e meados de 2009, em razão dos efeitos da crise do subprime, deflagrada nos EUA em setembro de 2008), atingindo, em dezembro de 2013, a taxa de 4,3%, até então o menor índice da série, permanecendo relativamente estável ao longo de 2014.

Essa forte redução da taxa de desemprego no Brasil, desde 2003 e até 2013, foi proporcionada, inicialmente, pelo expressivo crescimento do PIB no período de 2003 a 2008, que, no acumulado do período, expandiu-se em 27,9% em termos reais, ou seja, nada desprezíveis 5,1% de média ao ano. Entre 2009 e 2013, porém, o crescimento da economia não foi o mesmo do período delimitado por 2003 e 2008; no entanto, a taxa de desemprego continuou em ritmo decrescente até o ano de 2013, depois de sofrer os efeitos da crise deflagrada em 2009. Em 2009, a economia brasileira recuou 0,3%, devido aos efeitos da crise internacional deflagrada pela derrocada do sistema de financiamento do subprime, e, em 2010, houve o repercutido “pibão” de 7,5%. Contudo, de 2011 a 2013 o crescimento médio anual do PIB foi de 3,1%. Apesar da instabilidade nos anos após crise, a redução da taxa de desemprego perdurou, contrastando com o que ocorreu na maioria dos países (ILO, 2010; Moretto e Proni, 2011).

O que chama atenção não é apenas a comparação internacional, mas também o fato de que esta redução da taxa de desemprego representou um fenômeno novo para a economia brasileira, comparando-se com décadas anteriores. O levantamento dos dados sobre o mercado de trabalho e o PIB para as décadas de 1980 e 1990 revelam que, no período de 1983-1989, o número de ocupados cresceu 4,1% ao ano, enquanto o produto cresceu a uma média de 3,43% ao ano. Já no período de 1990-1999, o crescimento da economia foi bem mais tímido, de apenas 1,6% em média anual e os reflexos na criação de vagas foram sentidos, com retração de 0,3% dos postos de trabalho ao ano, em média.

Este trabalho tem por objetivo analisar e buscar explicações para o que parece ser um contrassenso: por que a taxa de desemprego manteve uma trajetória de queda até 2013, mesmo com o crescimento modesto do PIB após 2009, mantendo uma redução que vinha ocorrendo desde pelo menos 2003/2004?

Um dos aspectos mais intrigantes para explicar esse comportamento da taxa de desemprego reside no fato de que alguns segmentos da população em idade de trabalhar – e, neste caso, se destacaram especialmente os mais jovens – optaram por retardar sua entrada no



mercado de trabalho, o que teria “colaborado” para a própria redução da taxa de desemprego. Este aspecto peculiar – o comportamento da força de trabalho jovem – merecerá avaliação mais detalhada ao longo do trabalho. Deve-se, porém, investigar outras variáveis para compreender essa redução da taxa de desemprego no período em tela.

Para conseguir identificar qual a contribuição de diferentes variáveis para a redução da redução da taxa de desemprego será feito um exercício de decomposição da mesma, destacando-se fatores econômicos, populacionais e institucionais que explicam a redução ocorrida na taxa de desemprego entre 2003 e 2013. Busca-se, assim, interpretar não apenas o papel que teve a trajetória de crescimento do PIB para a redução da taxa de desemprego, mas também outros elementos, entre os quais se destacam os fatores demográficos. Estes fatores demográficos serão a seguir avaliados, destacando os efeitos que a expansão do número de alunos matriculados em instituições de nível superior nos governos Lula e no primeiro mandato de Dilma Rousseff, junto a outros fatores, como o crescimento da renda familiar, teve na oferta de mão de obra no mercado de trabalho no período em questão.

Desta forma, o presente trabalho conta com mais duas seções, além desta breve apresentação. A primeira seção mostrará a evolução da taxa de desemprego desde o início dos anos 2000 até 2013, quando a taxa de desemprego atingiu seus valores mais baixos, avaliando fatores que influenciaram na oferta e demanda de mão de obra no mercado de trabalho brasileiro no período considerado, destacando-se o perfil etário da oferta de mão de obra no período. A segunda seção mostra um exercício de decomposição da taxa de desemprego para dois diferentes períodos (2002-2008 e 2009-2013 – este último definido como o período pós-crise), de forma a investigar os elementos que explicam sua redução entre 2003 e 2013. Os indicadores que serão usados para decompor a taxa de desemprego permitem que se avalie não apenas os fatores econômicos que atuaram na trajetória da taxa de desemprego, mas também fatores demográficos e institucionais que a influenciaram. No final da segunda seção, constrói-se o argumento central deste estudo, destacando como algumas políticas sociais selecionadas (PROUNI e FIES), relacionadas à expansão da educação em nível superior, assim como a elevação das transferências de renda para as famílias (para o que a política de recuperação do valor real do salário mínimo teve papel importante) permitiram que o crescimento da oferta de mão de obra se atenuasse ao longo do período analisado, notadamente a da mão de obra mais jovem, a qual, em princípio, é historicamente a mais afetada pelo desemprego. Esta desaceleração da inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro acabou contribuindo, portanto, decisivamente para a manutenção da trajetória declinante da taxa de desemprego, apesar do contexto de perda de dinamismo econômico marcado pelo cenário pós-crise do subprime.

Nas conclusões, alerta-se para os efeitos que a recessão provocada pela política econômica adotada a partir do início do segundo governo Dilma, bem como a relativa desmontagem dos programas de acesso à educação superior, poderá ter sobre os indicadores de taxa de desemprego na economia brasileira.

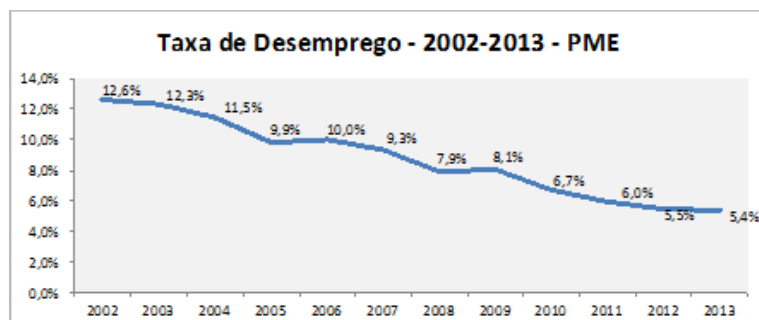
2-A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), conforme o nome diz, é feita mensalmente, pelo IBGE, e abrange os indicadores de mercado de trabalho de seis regiões metropolitanas, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belo Horizonte.

1.COMPORTAMENTO DA TAXA DE DESEMPREGO DESDE 2002 ATÉ 2013

Nesta seção, são avaliados os elementos que afetaram as forças de oferta e de demanda do mercado de trabalho do início dos anos 2000 até o ano de 2013, procurando compreender como as mesmas atuaram na definição da trajetória da taxa de desemprego no período considerado.

Antes de se iniciar a análise, porém, é válido observar o comportamento da taxa de desemprego no período em questão. Por ser a taxa oficial do governo para medir o desemprego, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME)² tem protagonismo nessa análise. Conforme mostra o gráfico 1, à exceção de 2006 e 2009, nos quais leves elevações foram observadas no índice, a trajetória de queda da taxa de desemprego entre 2002 e 2013, medida pela PME, é clara.

Gráfico 1: Evolução da taxa de desemprego segundo a PME (2002 – 2013)



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE

No período 2002 a 2013, uma queda de 7,2 pontos percentuais é observada através do gráfico anterior, com informações oficiais coletadas pela PME.

1.1. Mercado de oferta de trabalho

Nesta subseção, serão investigadas questões ligadas à pressão que o mercado de trabalho sofre em consequência das flutuações da oferta da força de trabalho, destacando-se as mudanças demográficas recentes em relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O perfil da força de trabalho vem se alterando ultimamente, com impacto importante para a redução na taxa de desemprego. De acordo com Santos (2013), um importante aspecto é o crescimento da PIA, que nas últimas décadas tem apresentado taxas de crescimento superiores às taxas de crescimento populacional, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1: Crescimento médio anual da população e população em idade ativa

Tabela 3: Crescimento da população e pop. em idade ativa (média anual)

	1980/85	1985/90	1990/95	1995/00	2000/2005	2005/10	2010/15	2015/20
Total	2,3%	2,0%	1,6%	1,5%	1,4%	1,1%	0,8%	0,6%
Pop. em idade ativa								
15 a 64 anos	2,8%	2,3%	2,3%	2,3%	1,8%	1,3%	1,1%	0,8%
15 a 24 anos	2,0%	0,8%	1,3%	2,1%	0,8%	-0,9%	-0,3%	0,4%
25 a 49 anos	3,4%	3,3%	2,9%	2,2%	2,0%	1,8%	1,1%	0,6%
50 a 64 anos	2,8%	3,1%	2,3%	3,0%	3,4%	4,0%	3,8%	2,7%
Pop. não-economicamente ativa								
0 a 14 anos	1,6%	1,1%	0,1%	-0,4%	-0,1%	-0,5%	-1,4%	-2,0%
Acima 64 anos	2,6%	3,4%	4,1%	3,6%	3,8%	3,3%	3,6%	4,0%

Fonte: IBGE (cálculo do autor)

Fonte: SANTOS, F. (2013).

Os dados referentes aos dois últimos períodos foram colhidos por Santos (2013) da pesquisa Projeções da População Brasileira. Deve-se destacar que, embora crescendo sistematicamente acima do crescimento do conjunto da população, a PIA tem aumentado a taxas cada vez menores, o que tem um impacto importante sobre o comportamento do conjunto da força de trabalho (tabela 1). Tal fato se deve à queda da taxa de fecundidade observada a partir dos anos de 1980, conforme demonstram diversos estudos demográficos.

Analisados os indicadores unificados, é importante expandir o exame da composição da PEA por grupo de idade. Ainda no período de 2001 a 2011, a PEA registrou mudanças significativas, com menor representatividade dos grupos de idade mais jovens e consequente elevação no grupo de idade dos adultos e até mesmo dos idosos, em total acordo com os aspectos levantados na seção anterior, que trata das recentes mudanças demográficas. Os resultados estão expostos na tabela 2.

Tabela 2: Distribuição da PEA

Distrib. PEA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
10 a 14 anos	2,6%	2,4%	2,1%	2,1%	2,2%	2,0%	1,9%	1,5%	1,4%	1,1%
15 a 19 anos	10,4%	10,1%	9,7%	9,7%	9,6%	9,0%	8,7%	8,2%	7,9%	7,3%
20 a 24 anos	14,3%	14,4%	14,5%	14,3%	14,3%	13,7%	13,2%	13,1%	12,8%	12,2%
25 a 39 anos	37,7%	37,3%	37,3%	37,2%	37,0%	37,1%	37,4%	37,2%	37,8%	38,3%
40 a 59 anos	29,3%	29,9%	30,4%	30,9%	31,0%	32,0%	32,6%	33,4%	33,6%	34,6%
60 anos ou mais	5,7%	5,8%	6,0%	5,8%	5,9%	6,2%	6,2%	6,6%	6,4%	6,5%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria. PNAD/IBGE.

Complementar a esta análise, não se pode deixar de falar no comportamento da taxa de participação dos diferentes grupos de idade. A taxa de participação – definida como a razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA) – expressa o ingresso das pessoas no mercado de trabalho. Ou seja, quanto maior a taxa de participação, maior a parcela da população que de fato se insere no mercado de trabalho, passando, desta forma, a fazer parte da força de trabalho do país. Deve-se sublinhar, porém, que as oscilações da taxa de participação não decorrem exclusivamente de fatores demográficos, encontrando também explicações em fatores econômicos, como, por exemplo,

3-Sobre as relações entre os fatores que regulam a Previdência Social no Brasil e seus efeitos sobre os rendimentos familiares e sobre a oferta de mão de obra no mercado de trabalho, ver, pelo menos, Delgado (1997).

a evolução da renda familiar ou a evolução da própria atividade econômica e seus efeitos sobre a taxa de desemprego.

Deve-se destacar, porém, que a taxa de participação agregada não mudou muito nos últimos anos. No período de 2001 a 2011, a taxa de participação comportou-se como um “U invertido”, iniciando em 60,5% em 2001, atingindo 62,9% em 2005 e, em 2011, apresentou 60,0%. No primeiro trimestre de 2014, a mesma taxa registrou 61,1%, de acordo com a PNAD Contínua. Entretanto, o comportamento agregado deste indicador esconde importantes mudanças por faixa etária.

A menor taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho no período analisado permite supor que os mesmos tenham retardando sua entrada no mesmo em busca de uma melhor qualificação acadêmica e profissional – ademais de também estarem se sentindo menos pressionados a entrar no mercado de trabalho por causa da recuperação ocorrida, nos anos em questão, na renda média familiar. Este ponto merecerá destaque na segunda seção deste artigo.

Por enquanto, outro ponto merecedor de atenção é a crescente taxa de participação entre os mais velhos. De acordo com aspectos demográficos já evidenciados, a população brasileira possui uma maior expectativa de vida, o que favorece que as pessoas mais velhas permaneçam por mais tempo no mercado de trabalho – ainda mais em um país em que os salários ainda são baixos, o que se reflete em um perfil de rendimentos dos aposentados também reduzido, o que os “estimula” a permanecer no mercado de trabalho, acumulando duas ou mais fontes de renda³.

Esta mudança no perfil etário do mercado de trabalho pode provocar efeitos sobre a taxa de desemprego agregada. Fato observado em todo o mundo, o desemprego entre os jovens é maior do que na média da PEA. No caso brasileiro, conforme mostra a tabela 3, o desemprego entre os jovens de 15 a 19 anos chega a ser 10 vezes maior do que as pessoas com 60 anos e mais. Nos jovens entre 20 e 24 anos esta proporção cai para 6 vezes, o que ainda é relevante. Em média, 18% dos jovens entre 15 e 24 anos não têm sucesso na busca por emprego.

Tabela 3: Taxa de desemprego por idade – PNAD 2001 – 2011

Tx Desemprego	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
10 a 14 anos	10%	11%	10%	9%	10%	10%	11%	10%	12%	9%
15 a 19 anos	22%	22%	23%	22%	25%	22%	21%	20%	23%	20%
20 a 24 anos	15%	15%	16%	15%	16%	15%	14%	13%	15%	12%
25 a 39 anos	8%	8%	8%	8%	8%	7%	7%	6%	8%	6%
40 a 59 anos	5%	5%	5%	5%	5%	4%	4%	3%	4%	3%
60 anos ou mais	3%	3%	3%	2%	3%	2%	2%	2%	2%	2%
TOTAL	9,3%	9,1%	9,7%	8,9%	9,3%	8,4%	8,1%	7,1%	8,3%	6,7%

Fonte: Elaboração própria. PNAD/IBGE.

A decrescente participação dos jovens no mercado parece estar entre os principais fatores explicativos da queda da taxa de desemprego no Brasil ocorrida até 2013. Na segunda seção deste artigo, a trajetória da oferta de trabalho jovem será mais bem analisada. Antes, ainda nesta seção, são feitos alguns comentários acerca do comportamento da demanda por trabalho.

1.2. O mercado de demanda por trabalho

Esta sub-seção discute a evolução da demanda por trabalho. A demanda por trabalho é caracterizada como a pressão que os empregadores exercem sobre o mercado. Em simples análise, caso o cenário econômico esteja favorável, os empregadores demandarão maiores quantidades de mão de obra para suportar o crescimento de seus empreendimentos. Isto é, um maior dinamismo do produto tende a gerar mais ocupações no mercado de trabalho como um todo, descontados os efeitos sobre a produtividade do trabalho.

Deste modo, é intenção desta subseção analisar os aspectos por parte da demanda do trabalho que impactaram na recente redução da taxa de desemprego no Brasil. Sendo assim, serão avaliadas as taxas de elasticidade emprego-produto no período 2003-2013, de modo agregado e setorial, bem como uma avaliação da dinâmica recente do mercado de trabalho, dando especial atenção à evolução do seu grau de formalização, para depois avaliar como estes elementos rebateram na criação de empregos e na taxa de desemprego.

1.2.1 Elasticidade emprego-produto

A situação de informalidade – segundo definição adotada neste estudo - reúne situações de empregados sem carteira assinada, empregados por conta própria e aqueles sem remuneração, e sua taxa é representada pela parcela somada das 3 posições na ocupação mencionadas acima em relação ao total de ocupados do mercado de trabalho. Em 2013, segundo dados da PME, a taxa de informalidade no Brasil era igual a 32,9%, cerca de 10 pontos percentuais abaixo da taxa em 2003. São vários os fatores que explicam a redução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro nos dez anos⁴ que se encerram em 2013, sendo que, para Moura e Barbosa Filho (2013), a queda na informalidade está estritamente relacionada à migração dos trabalhadores entre um setor e outro, bem como com a absorção dos desempregados pelo setor formal.

Da mesma forma, pode-se afirmar que a formalização do mercado de trabalho veio junto com a recuperação do crescimento do PIB, no período 2002-2008, mas manteve-se depois de 2009, revelando-se relativamente imune à crise externa que afetou a economia brasileira⁵.

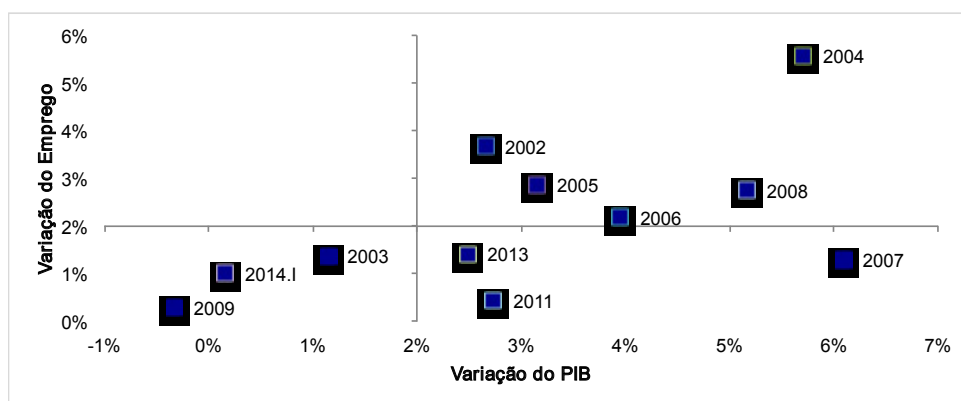
A elasticidade emprego com relação ao PIB visa estimar qual a sensibilidade do emprego às variações do produto. De acordo com estudo apresentado por Amitrano (2013), países desenvolvidos tendem a possuir elasticidade emprego-produto menor, dado que sua mão de obra possui maior produtividade, enquanto os subdesenvolvidos exibem relação inversa, apresentando elasticidades que muitas vezes são superiores a uma unidade. Impactos desta produtividade poderão ser analisados na próxima seção, em que haverá decomposição da taxa de desemprego segundo diferentes fatores, procurando aquilatar a contribuição de cada um deles para a evolução da própria taxa de desemprego.

4- Para um detalhamento dos principais fatores de recuperação do emprego formal no Brasil, no início da década de 2000, ver: CARDOSO JR., J.C. (2007).

5- Até o ano de 2013, conforme delimitação temporal definida para este estudo.

O gráfico 2 oferece uma interessante visão introdutória da relação emprego-produto.

Gráfico 2: Variação do produto versus variação da ocupação total (PNAD) para anos escolhidos



Fonte: Elaboração própria. PNAD/IBGE, SCN/IBGE.

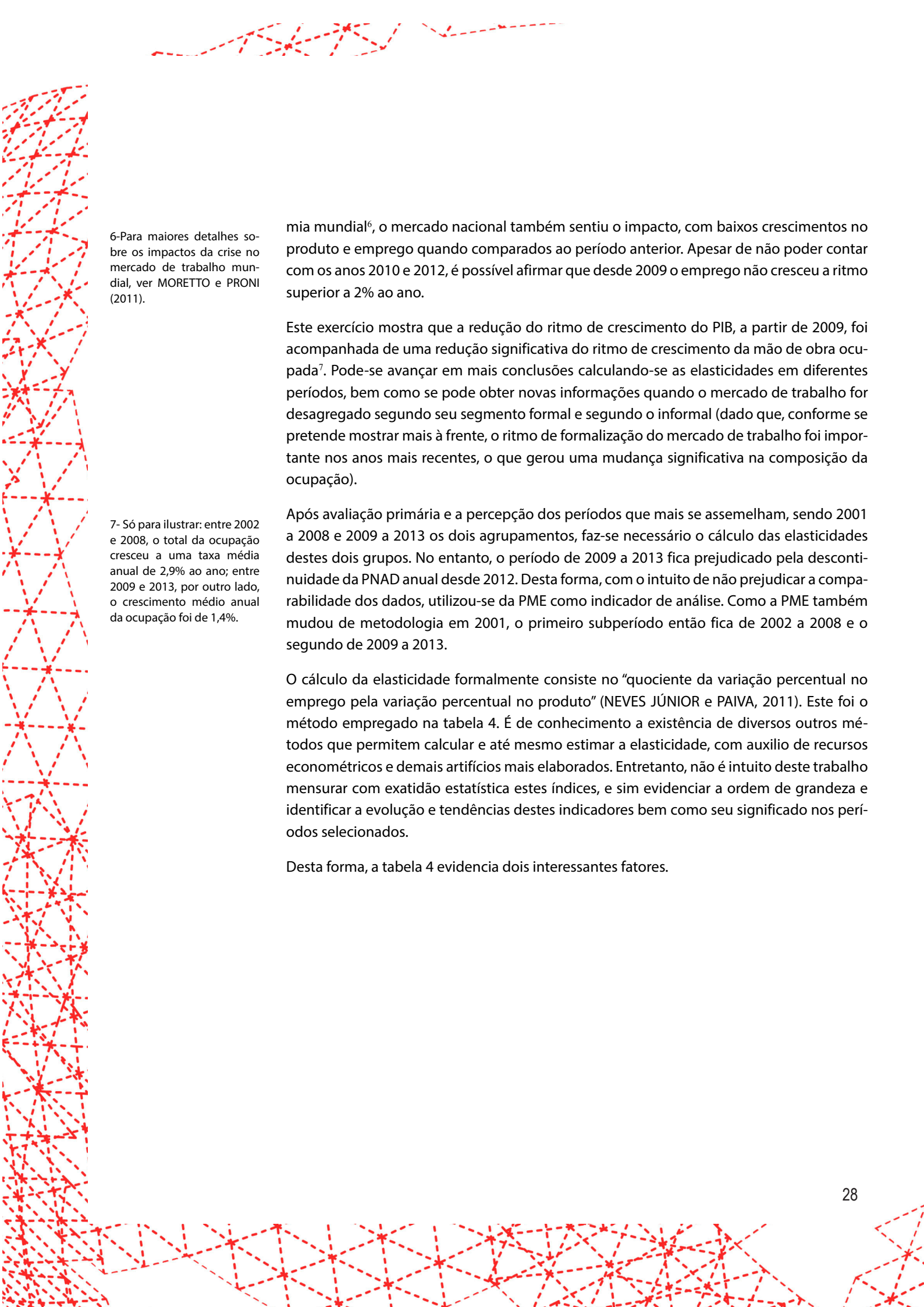
Os dados para a variação de emprego foram selecionados através da PNAD referente ao período de 2001 a 2013, com mesma metodologia. No ano de 2010 não houve pesquisa, motivo pelo qual o dado não se encontra no gráfico. A variação de 2011 em relação a 2010 foi feita de modo indireto, obtendo-se a variação total em relação a 2009 e utilizando-se do método de capitalização para obter a taxa média de variação no período:

$$\text{Var } 11/10 = (\text{Var}11/09)^{1/2} - 1$$

A variação encontrada para este período (2011 contra 2010) foi de 0,434%.

Em 2012, houve a migração para a PNAD Contínua, tornando-a incomparável com a PNAD anual, motivo pelo qual, infelizmente, o ano de 2012 não foi selecionado para compor o gráfico. Para as variações de emprego em 2013 e 2014 foi utilizada a PNAD Contínua, em ambos os anos com mesma metodologia. Em 2014, por ter apenas o primeiro trimestre disponível, este foi comparado com o primeiro trimestre de 2013.

Como é fácil perceber pelo gráfico 2, há uma divisão clara entre dois períodos nos anos recentes: o início dos anos 2000 é marcado por intenso crescimento tanto em produto quanto em emprego, à exceção do ano de 2003, em que o país lidou com a desconfiança do mercado pelo primeiro ano do Governo Lula, sofrendo ataques especulativos, o que afetou fortemente os setores produtivos da economia (MORETTO e PRONI, 2011). Impulsionada pelo avanço nas exportações de commodities e expansão do consumo, a partir de 2004 a economia começou o processo de recuperação, no qual todos os demais anos caminharam em direção ao quadrante superior direito, que apresenta maiores taxas de crescimento do produto e emprego, indicando aumento expressivo da renda e da ocupação. A partir do ano de 2009, com a crise do subprime americano e seus reflexos perversos sobre a econo-



6-Para maiores detalhes sobre os impactos da crise no mercado de trabalho mundial, ver MORETTO e PRONI (2011).

7- Só para ilustrar: entre 2002 e 2008, o total da ocupação cresceu a uma taxa média anual de 2,9% ao ano; entre 2009 e 2013, por outro lado, o crescimento médio anual da ocupação foi de 1,4%.

mia mundial⁶, o mercado nacional também sentiu o impacto, com baixos crescimentos no produto e emprego quando comparados ao período anterior. Apesar de não poder contar com os anos 2010 e 2012, é possível afirmar que desde 2009 o emprego não cresceu a ritmo superior a 2% ao ano.

Este exercício mostra que a redução do ritmo de crescimento do PIB, a partir de 2009, foi acompanhada de uma redução significativa do ritmo de crescimento da mão de obra ocupada⁷. Pode-se avançar em mais conclusões calculando-se as elasticidades em diferentes períodos, bem como se pode obter novas informações quando o mercado de trabalho for desagregado segundo seu segmento formal e segundo o informal (dado que, conforme se pretende mostrar mais à frente, o ritmo de formalização do mercado de trabalho foi importante nos anos mais recentes, o que gerou uma mudança significativa na composição da ocupação).

Após avaliação primária e a percepção dos períodos que mais se assemelham, sendo 2001 a 2008 e 2009 a 2013 os dois agrupamentos, faz-se necessário o cálculo das elasticidades destes dois grupos. No entanto, o período de 2009 a 2013 fica prejudicado pela descontinuidade da PNAD anual desde 2012. Desta forma, com o intuito de não prejudicar a comparabilidade dos dados, utilizou-se da PME como indicador de análise. Como a PME também mudou de metodologia em 2001, o primeiro subperíodo então fica de 2002 a 2008 e o segundo de 2009 a 2013.

O cálculo da elasticidade formalmente consiste no “quociente da variação percentual no emprego pela variação percentual no produto” (NEVES JÚNIOR e PAIVA, 2011). Este foi o método empregado na tabela 4. É de conhecimento a existência de diversos outros métodos que permitem calcular e até mesmo estimar a elasticidade, com auxílio de recursos econométricos e demais artifícios mais elaborados. Entretanto, não é intuito deste trabalho mensurar com exatidão estatística estes índices, e sim evidenciar a ordem de grandeza e identificar a evolução e tendências destes indicadores bem como seu significado nos períodos selecionados.

Desta forma, a tabela 4 evidencia dois interessantes fatores.

Tabela 4: Variações do produto e do emprego e elasticidades nos períodos selecionados

Variações	2002-2008	2009-2013
PIB	27,9%	14,4%
Emprego formal ¹	24,3%	18,4%
Emprego informal ²	11,1%	-7,0%
Emprego total	18,8%	8,6%

Elasticidades	2002-2008	2009-2013
Emprego formal	0,87	1,28
Emprego informal	0,40	(0,49)
Emprego total	0,67	0,60

Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE, SCN/IBGE.

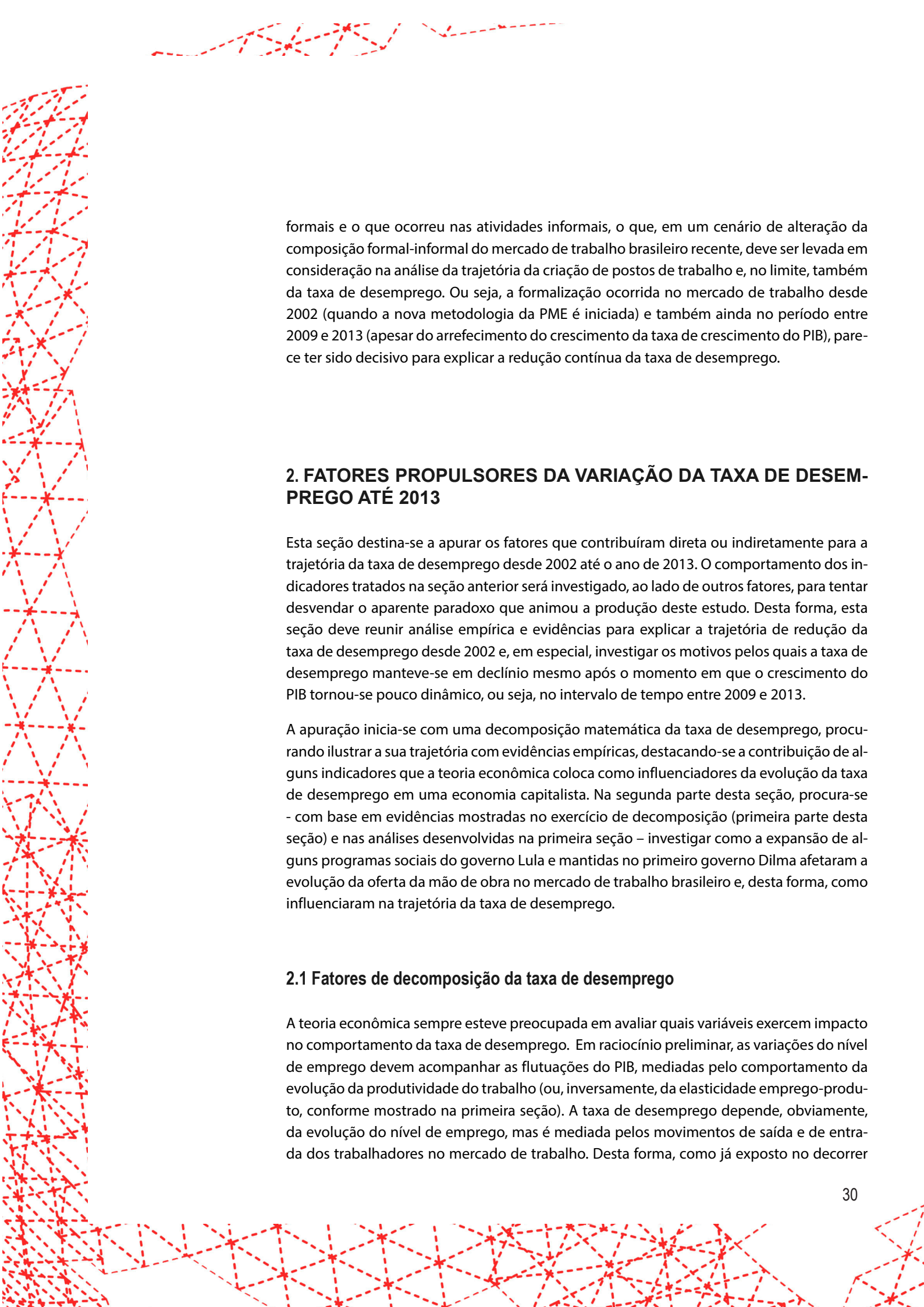
¹ Empregados com carteira assinada, empregadores e militares ou funcionários públicos estatutários

² Empregados sem carteira assinada, conta própria e não remunerados

8-Conforme os dados da tabela 5 (a seguir), a taxa média anual de crescimento do PIB, entre 2009 e 2013, foi de cerca de 3,4%, enquanto que no período entre 2002 e 2008 foi de 4,2%.

De modo agregado, a elasticidade emprego-produto no período mais recente é menor do que no período entre 2002-2008. Na segregação entre as categorias “formais” e “informais”, a tabela 4 revela distanciamento entre os resultados. A inversão da elasticidade emprego-produto no setor informal é surpreendente no período mais recente da referida tabela, marcado pelas consequências da crise mundial de 2009. Conforme exposto por Ramos (2007), “em tempos de retração da atividade econômica é razoável supor que o ônus da formalização e legalização tende a produzir incentivos nos empregadores a sonegar tais benefícios, como estratégia de redução de custos”. Todavia, os indicadores levam a compreensão de que isso não ocorreu e o resultado foi positivo, pois indica que o crescimento do produto em questão foi acompanhado de importante expansão do mercado de trabalho formal no período em tela.

Portanto, o que os dados da tabela 4 revelam é que o crescimento do PIB no período mais recente em questão (2009-2013) foi menor do que no período inicial definido pelo exercício (2002-2008)⁸. Mais importante do que isso, foi possível constatar que a resposta, em termos de nível de emprego gerado, à variação de cada ponto percentual do PIB, foi maior no primeiro período do que no segundo (ou seja, a elasticidade emprego-produto era maior no período inicial), mas a redução da elasticidade, embora não tenha sido pequena, encontra explicação principalmente pela significativa diferença entre o que ocorreu nas atividades



formais e o que ocorreu nas atividades informais, o que, em um cenário de alteração da composição formal-informal do mercado de trabalho brasileiro recente, deve ser levada em consideração na análise da trajetória da criação de postos de trabalho e, no limite, também da taxa de desemprego. Ou seja, a formalização ocorrida no mercado de trabalho desde 2002 (quando a nova metodologia da PME é iniciada) e também ainda no período entre 2009 e 2013 (apesar do arrefecimento do crescimento da taxa de crescimento do PIB), parece ter sido decisivo para explicar a redução contínua da taxa de desemprego.

2. FATORES PROPULSORES DA VARIAÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO ATÉ 2013

Esta seção destina-se a apurar os fatores que contribuíram direta ou indiretamente para a trajetória da taxa de desemprego desde 2002 até o ano de 2013. O comportamento dos indicadores tratados na seção anterior será investigado, ao lado de outros fatores, para tentar desvendar o aparente paradoxo que animou a produção deste estudo. Desta forma, esta seção deve reunir análise empírica e evidências para explicar a trajetória de redução da taxa de desemprego desde 2002 e, em especial, investigar os motivos pelos quais a taxa de desemprego manteve-se em declínio mesmo após o momento em que o crescimento do PIB tornou-se pouco dinâmico, ou seja, no intervalo de tempo entre 2009 e 2013.

A apuração inicia-se com uma decomposição matemática da taxa de desemprego, procurando ilustrar a sua trajetória com evidências empíricas, destacando-se a contribuição de alguns indicadores que a teoria econômica coloca como influenciadores da evolução da taxa de desemprego em uma economia capitalista. Na segunda parte desta seção, procura-se - com base em evidências mostradas no exercício de decomposição (primeira parte desta seção) e nas análises desenvolvidas na primeira seção - investigar como a expansão de alguns programas sociais do governo Lula e mantidas no primeiro governo Dilma afetaram a evolução da oferta da mão de obra no mercado de trabalho brasileiro e, desta forma, como influenciaram na trajetória da taxa de desemprego.

2.1 Fatores de decomposição da taxa de desemprego

A teoria econômica sempre esteve preocupada em avaliar quais variáveis exercem impacto no comportamento da taxa de desemprego. Em raciocínio preliminar, as variações do nível de emprego devem acompanhar as flutuações do PIB, mediadas pelo comportamento da evolução da produtividade do trabalho (ou, inversamente, da elasticidade emprego-produto, conforme mostrado na primeira seção). A taxa de desemprego depende, obviamente, da evolução do nível de emprego, mas é mediada pelos movimentos de saída e de entrada dos trabalhadores no mercado de trabalho. Desta forma, como já exposto no decorrer

9- No atual exercício de decomposição, o fator institucional/legal analisado é a extensão da jornada de trabalho e sua variação, no período em questão

deste trabalho, a taxa de desemprego não depende apenas das flutuações econômicas. Ela é condicionada também por fatores demográficos e por elementos institucionais⁹ que tenham impacto sobre a demanda e a oferta de mão de obra no mercado de trabalho.

Desta maneira, para iniciar a análise da evolução da taxa de desemprego, deve-se buscar decompô-la em alguns fatores de tal forma que se possa avaliar, matematicamente, qual a contribuição de cada um deles para a evolução do indicador em questão. Em uma segunda etapa, busca-se um esforço para interpretar como alguns fatores a serem destacados pela análise de decomposição podem ter sido afetados pela política econômica, ou por políticas públicas explicitamente ou não voltadas para a regulação do mercado de trabalho. Desta forma, tem-se um painel adequado (o qual não deve ser exclusivamente quantitativo, mas também analítico-qualitativo) para a interpretação de um fenômeno complexo como a trajetória da taxa de desemprego.

Mattos (2011) propõe um exercício de decomposição de fatores que afetam a taxa de desemprego. Apropriando-se desta formulação, esta subseção busca replicar para os períodos selecionados a metodologia proposta por Mattos (2011) e analisar qual o impacto de cada variável na evolução da taxa de desemprego desde 2002. O referido exercício é feito a partir da decomposição da fórmula de definição da taxa de desemprego.

Mattos (2011) parte de uma simples definição da Taxa de Desemprego:

$$TD = (PEA - N)/PEA \quad (1)$$

TD = Taxa de Desemprego

PEA = População Economicamente Ativa

N = Nível de emprego.

O nível de emprego (N) pode ser obtido pela relação entre produtividade (PROD) e PIB. O nível de produtividade, por sua vez, pode ser obtido com maior rigor via a produtividade horária do trabalhador (PRODH) multiplicado pela jornada de trabalho (JT). Então:

$$N = PIB/PROD \quad (2)$$

e

$$PROD = PRODH*JT \quad (3)$$

É correto afirmar que a equação (1) é equivalente a $1-TD = N/PEA$. Quanto à PEA, ela pode ser obtida através da multiplicação da taxa de participação (TP) – percentual de pessoas em idade ativa dispostas a trabalhar – pela PIA, sendo:

$$PEA = TP*PIA \quad (4)$$

Sendo assim, reorganizando as equações (1), (2), (3) e (4), obtém-se:

$$1-TD = N/PEA = (PIB/(PRODH*JT))/(TP*PIA) \quad (5)$$

Desta forma, as variações da taxa de desemprego podem ser assim expressa:

$$VAR (TD) = VAR (PRODH) + VAR (JT) + VAR (PIA) + VAR (TP) - VAR (PIB) \quad (6)$$

A fórmula (6) diz que a variação média anual da taxa de desemprego, em pontos percentuais, depende soma da variação da produtividade horária do trabalhador, da variação da jornada de trabalho, da variação da PIA e da variação da taxa de participação, todas elas somadas, e deduzida a variação do produto interno bruto (PIB). Ou seja, é certo dizer que a taxa de desemprego aumenta à medida que a produtividade horária do trabalhador, a jornada de trabalho, a quantidade de pessoas em idade ativa e a taxa de participação aumentam e decresce com variações positivas do PIB.

Desta forma, esta expressão é um indicador privilegiado para captar os reflexos das movimentações do desemprego, podendo-se avaliar aspectos demográficos (PIA e TP¹⁰), institucionais (JT) e econômicos (PIB e PRODH).

A tabela 5 exhibe dados respectivos dos fatores de decomposição acima descritos.

Tabela 5: Decomposição da taxa de desemprego (2002 – 2013) – variação média anual

Período	TD	PHT*	JT	PIA	TP	PIB
2002-2008	-0,7513%	1,4875%	-0,2394%	1,71%	0,48%	4,19%
2009-2013	-0,7612%	1,4945%	-0,1946%	1,18%	0,17%	3,42%

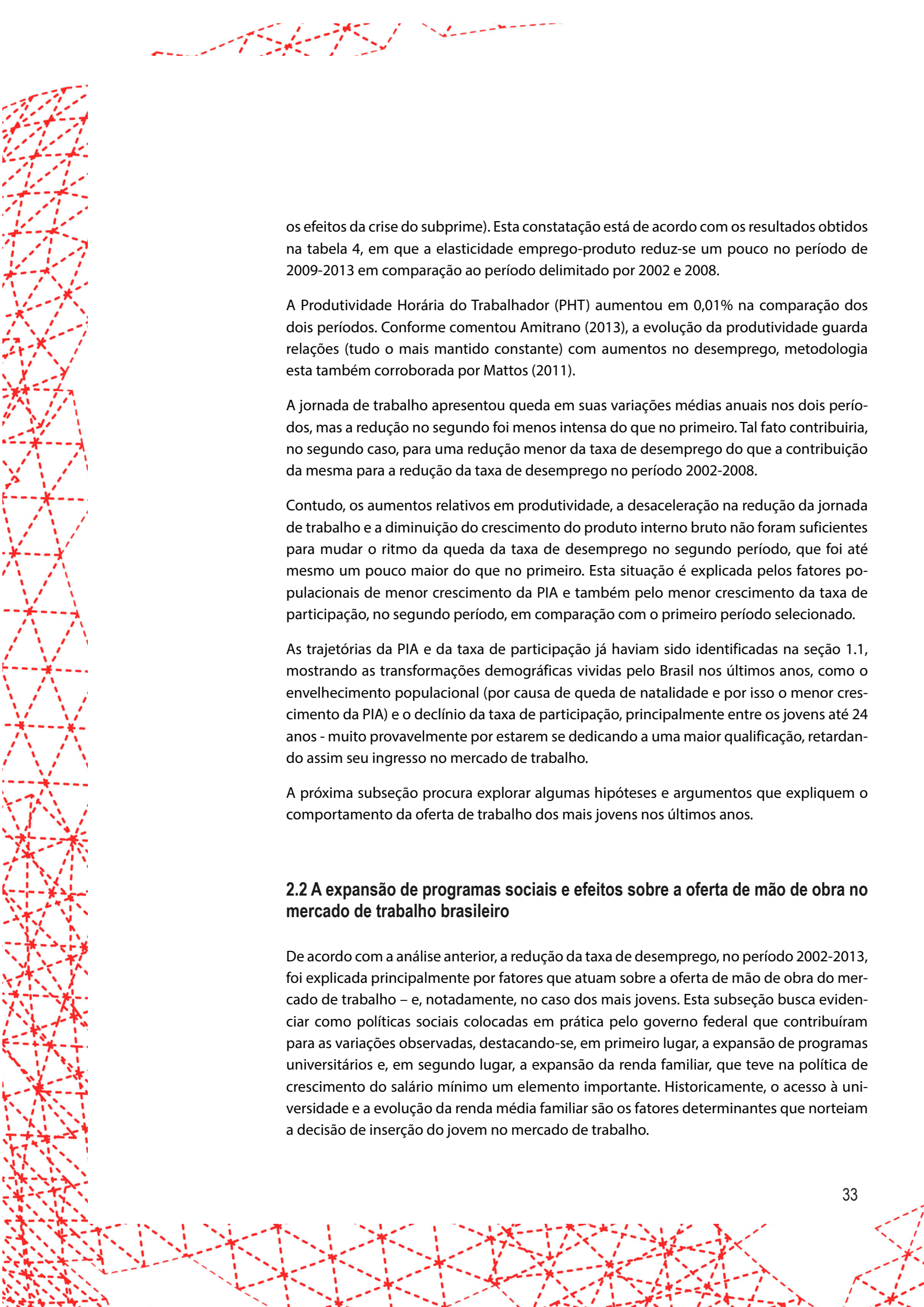
Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE e SCN/IBGE.

*PHT = (PIB/total de ocupados)/JT

(**) Os dados de Jornada de Trabalho foram obtidos também da PME, com base na variável “Média das horas habitualmente trabalhadas por semana, em todos os ocupados, em todos os trabalhos, pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência”. Os dados de PIA e PEA também foram obtidos da PME.

Comparando-se as respectivas decomposições em que se explicitam os indicadores acima definidos, para dois períodos de comportamentos distintos no que diz respeito à evolução do PIB e da taxa de desemprego, como observado na tabela 5, nota-se que o PIB tem crescido a taxas médias menores no período mais recente. Todavia, isto não mudou o ritmo da trajetória de declínio da taxa de desemprego, que diminuiu num ritmo até mesmo um pouco superior ao do período inicial escolhido (2002-2008; ou seja, antes de se fazerem sentir

10-A rigor, também a taxa de participação, conforme já mencionado ao citar trabalhos de Deddeca e livro de Offe (1985), altera-se não apenas por razões demográficas, mas também segundo fatores econômicos e institucionais, relacionados à regulação do mercado de trabalho.



os efeitos da crise do subprime). Esta constatação está de acordo com os resultados obtidos na tabela 4, em que a elasticidade emprego-produto reduz-se um pouco no período de 2009-2013 em comparação ao período delimitado por 2002 e 2008.

A Produtividade Horária do Trabalhador (PHT) aumentou em 0,01% na comparação dos dois períodos. Conforme comentou Amitrano (2013), a evolução da produtividade guarda relações (tudo o mais mantido constante) com aumentos no desemprego, metodologia esta também corroborada por Mattos (2011).

A jornada de trabalho apresentou queda em suas variações médias anuais nos dois períodos, mas a redução no segundo foi menos intensa do que no primeiro. Tal fato contribuiria, no segundo caso, para uma redução menor da taxa de desemprego do que a contribuição da mesma para a redução da taxa de desemprego no período 2002-2008.

Contudo, os aumentos relativos em produtividade, a desaceleração na redução da jornada de trabalho e a diminuição do crescimento do produto interno bruto não foram suficientes para mudar o ritmo da queda da taxa de desemprego no segundo período, que foi até mesmo um pouco maior do que no primeiro. Esta situação é explicada pelos fatores populacionais de menor crescimento da PIA e também pelo menor crescimento da taxa de participação, no segundo período, em comparação com o primeiro período selecionado.

As trajetórias da PIA e da taxa de participação já haviam sido identificadas na seção 1.1, mostrando as transformações demográficas vividas pelo Brasil nos últimos anos, como o envelhecimento populacional (por causa de queda de natalidade e por isso o menor crescimento da PIA) e o declínio da taxa de participação, principalmente entre os jovens até 24 anos - muito provavelmente por estarem se dedicando a uma maior qualificação, retardando assim seu ingresso no mercado de trabalho.

A próxima subseção procura explorar algumas hipóteses e argumentos que expliquem o comportamento da oferta de trabalho dos mais jovens nos últimos anos.

2.2 A expansão de programas sociais e efeitos sobre a oferta de mão de obra no mercado de trabalho brasileiro

De acordo com a análise anterior, a redução da taxa de desemprego, no período 2002-2013, foi explicada principalmente por fatores que atuam sobre a oferta de mão de obra do mercado de trabalho – e, notadamente, no caso dos mais jovens. Esta subseção busca evidenciar como políticas sociais colocadas em prática pelo governo federal que contribuíram para as variações observadas, destacando-se, em primeiro lugar, a expansão de programas universitários e, em segundo lugar, a expansão da renda familiar, que teve na política de crescimento do salário mínimo um elemento importante. Historicamente, o acesso à universidade e a evolução da renda média familiar são os fatores determinantes que norteiam a decisão de inserção do jovem no mercado de trabalho.



2.2.1 FIES e PROUNI

A seção 1.1 mostrou que a maior redução na taxa de participação foi registrada entre os jovens até 24 anos. Em termos absolutos, representou 2.210 mil pessoas a menos, entre 2001 e 2011, no mercado de trabalho nesta faixa etária. A taxa de participação dos jovens entre 15 e 19 caiu 1,92 ponto percentual no período entre 2001 e 2011 e para os jovens entre 20 e 24 anos esta taxa foi reduzida em 1,30 ponto percentual no mesmo período.

Esta menor taxa de atividade registrada entre os jovens pode ser relacionada ao retardamento da entrada desse segmento da população no mercado de trabalho – e, em grande medida, explicada pela decisão de buscar maior qualificação no sistema educacional (público ou privado).

Dados oficiais do MEC revelam que o número de estudantes universitários no Brasil passou de 3.989.366 matriculados, em 2003, para 7.310.750 em 2013, ou seja, um crescimento de cerca de 83% em dez anos, o que significa uma expansão de cerca de 6,2% em média ao ano no referido período.

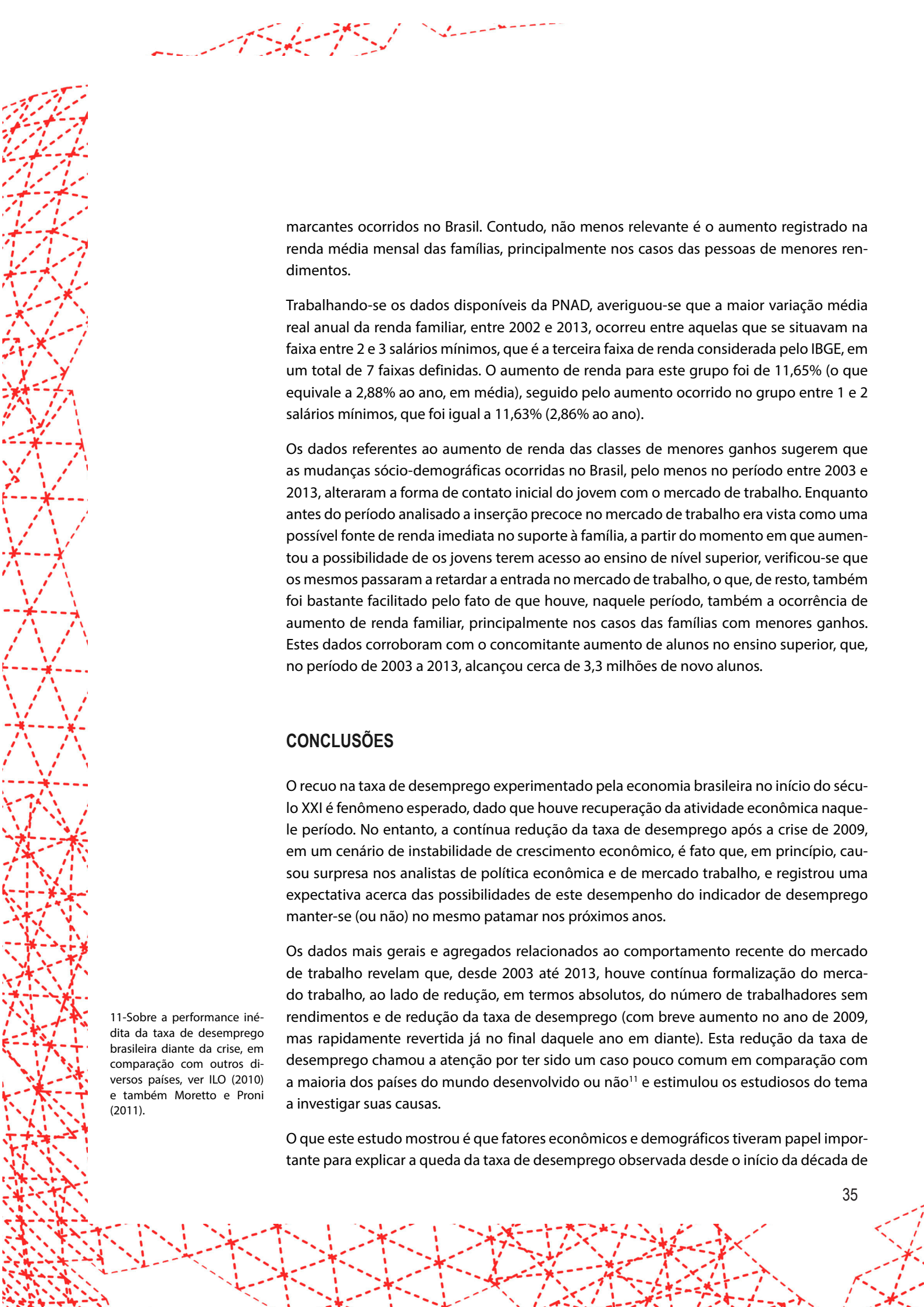
Contribuindo para este vigoroso aumento nos matriculados durante o período em análise, o Governo Federal ampliou suas políticas sociais no âmbito da educação superior. A começar pelo PROUNI, que é o “Programa Universidade para Todos”, criado pelo MEC (Ministério da Educação) em 2004 com a finalidade de concessão de bolsas de estudos a alunos sem diploma de nível superior em instituições privadas.

Em paralelo ao PROUNI aconteceu a reformulação total do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), até perto do final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, saltando de 75.568 contratos firmados em 2010 para 839.772 em 2013, de tal forma que, naquele ano (2013), este dado significava que cerca de 15,7% dos matriculados na rede privada de ensino superior contavam com auxílio do FIES para arcar com suas responsabilidades financeiras perante a instituição de ensino.

Esta expansão do ensino superior, no período considerado, teve efeito sobre a trajetória da oferta da mão de obra no mercado de trabalho e também sobre sua formalização. Ambos os fenômenos são correlatos e afetaram, conforme estudo de Moura e Barbosa Filho (2013), o comportamento da própria taxa de desemprego. Moura e Barbosa Filho (2013) também demonstraram que o processo de universalização da educação experimentado pelo país nos últimos anos apresentou contribuição relevante na queda da informalidade, chegando a explicar 60% desta transformação. Esta universalização educacional contribuiu para que houvesse a diminuição da participação na força de trabalho dos grupos que apresentavam a maior taxa de informalidade (ou seja, justamente os mais jovens).

2.2.2 Alterações no perfil da renda familiar

A expansão do ensino superior, ocorrida no período em tela, é um dos fenômenos mais



marcantes ocorridos no Brasil. Contudo, não menos relevante é o aumento registrado na renda média mensal das famílias, principalmente nos casos das pessoas de menores rendimentos.

Trabalhando-se os dados disponíveis da PNAD, averiguou-se que a maior variação média real anual da renda familiar, entre 2002 e 2013, ocorreu entre aquelas que se situavam na faixa entre 2 e 3 salários mínimos, que é a terceira faixa de renda considerada pelo IBGE, em um total de 7 faixas definidas. O aumento de renda para este grupo foi de 11,65% (o que equivale a 2,88% ao ano, em média), seguido pelo aumento ocorrido no grupo entre 1 e 2 salários mínimos, que foi igual a 11,63% (2,86% ao ano).

Os dados referentes ao aumento de renda das classes de menores ganhos sugerem que as mudanças sócio-demográficas ocorridas no Brasil, pelo menos no período entre 2003 e 2013, alteraram a forma de contato inicial do jovem com o mercado de trabalho. Enquanto antes do período analisado a inserção precoce no mercado de trabalho era vista como uma possível fonte de renda imediata no suporte à família, a partir do momento em que aumentou a possibilidade de os jovens terem acesso ao ensino de nível superior, verificou-se que os mesmos passaram a retardar a entrada no mercado de trabalho, o que, de resto, também foi bastante facilitado pelo fato de que houve, naquele período, também a ocorrência de aumento de renda familiar, principalmente nos casos das famílias com menores ganhos. Estes dados corroboram com o concomitante aumento de alunos no ensino superior, que, no período de 2003 a 2013, alcançou cerca de 3,3 milhões de novo alunos.

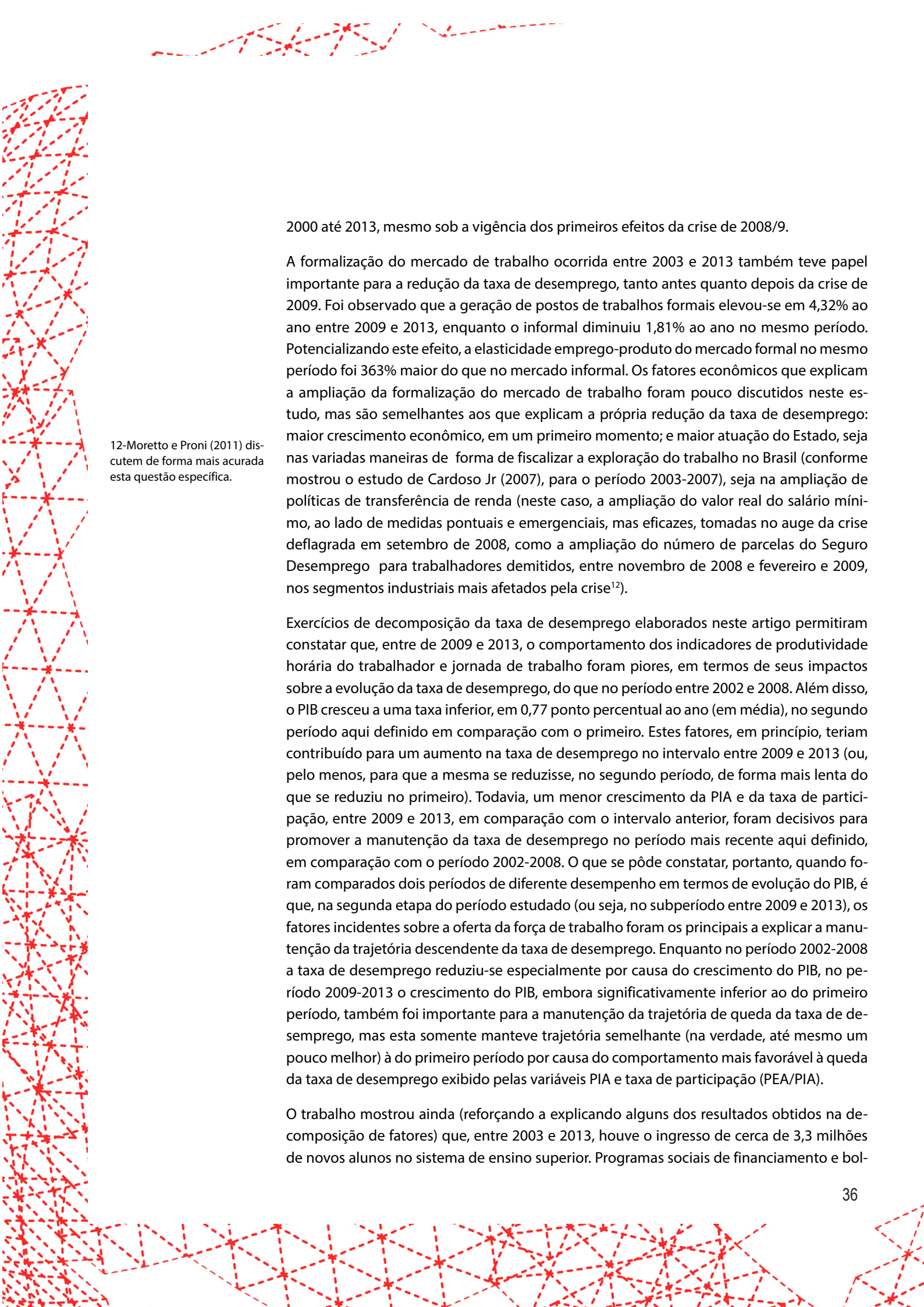
CONCLUSÕES

O recuo na taxa de desemprego experimentado pela economia brasileira no início do século XXI é fenômeno esperado, dado que houve recuperação da atividade econômica naquele período. No entanto, a contínua redução da taxa de desemprego após a crise de 2009, em um cenário de instabilidade de crescimento econômico, é fato que, em princípio, causou surpresa nos analistas de política econômica e de mercado trabalho, e registrou uma expectativa acerca das possibilidades de este desempenho do indicador de desemprego manter-se (ou não) no mesmo patamar nos próximos anos.

Os dados mais gerais e agregados relacionados ao comportamento recente do mercado de trabalho revelam que, desde 2003 até 2013, houve contínua formalização do mercado trabalho, ao lado de redução, em termos absolutos, do número de trabalhadores sem rendimentos e de redução da taxa de desemprego (com breve aumento no ano de 2009, mas rapidamente revertida já no final daquele ano em diante). Esta redução da taxa de desemprego chamou a atenção por ter sido um caso pouco comum em comparação com a maioria dos países do mundo desenvolvido ou não¹¹ e estimulou os estudiosos do tema a investigar suas causas.

O que este estudo mostrou é que fatores econômicos e demográficos tiveram papel importante para explicar a queda da taxa de desemprego observada desde o início da década de

11-Sobre a performance inédita da taxa de desemprego brasileira diante da crise, em comparação com outros diversos países, ver ILO (2010) e também Moretto e Proni (2011).



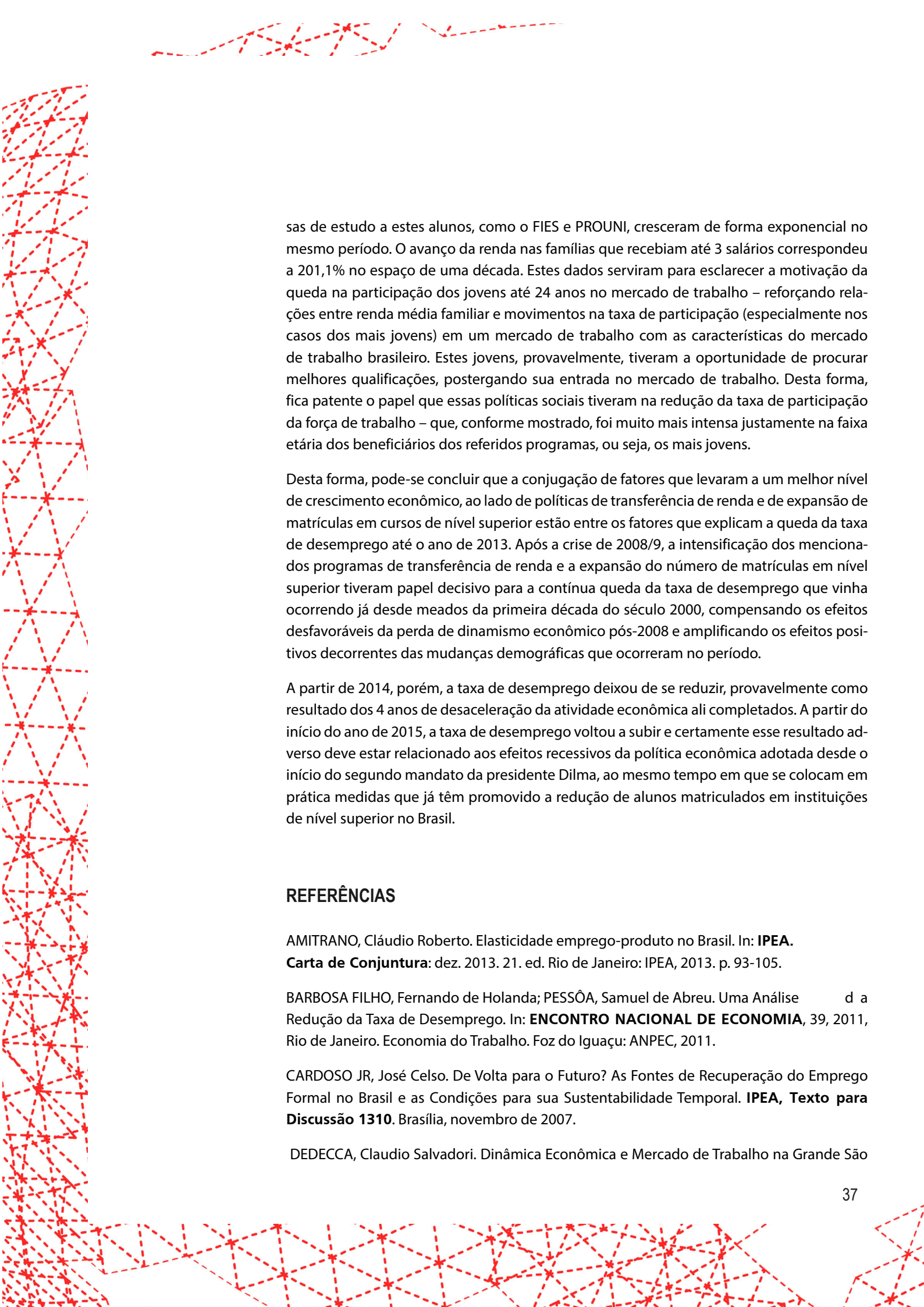
12-Moretto e Proni (2011) discutem de forma mais acurada esta questão específica.

2000 até 2013, mesmo sob a vigência dos primeiros efeitos da crise de 2008/9.

A formalização do mercado de trabalho ocorrida entre 2003 e 2013 também teve papel importante para a redução da taxa de desemprego, tanto antes quanto depois da crise de 2009. Foi observado que a geração de postos de trabalhos formais elevou-se em 4,32% ao ano entre 2009 e 2013, enquanto o informal diminuiu 1,81% ao ano no mesmo período. Potencializando este efeito, a elasticidade emprego-produto do mercado formal no mesmo período foi 363% maior do que no mercado informal. Os fatores econômicos que explicam a ampliação da formalização do mercado de trabalho foram pouco discutidos neste estudo, mas são semelhantes aos que explicam a própria redução da taxa de desemprego: maior crescimento econômico, em um primeiro momento; e maior atuação do Estado, seja nas variadas maneiras de forma de fiscalizar a exploração do trabalho no Brasil (conforme mostrou o estudo de Cardoso Jr (2007), para o período 2003-2007), seja na ampliação de políticas de transferência de renda (neste caso, a ampliação do valor real do salário mínimo, ao lado de medidas pontuais e emergenciais, mas eficazes, tomadas no auge da crise deflagrada em setembro de 2008, como a ampliação do número de parcelas do Seguro Desemprego para trabalhadores demitidos, entre novembro de 2008 e fevereiro e 2009, nos segmentos industriais mais afetados pela crise¹²).

Exercícios de decomposição da taxa de desemprego elaborados neste artigo permitiram constatar que, entre de 2009 e 2013, o comportamento dos indicadores de produtividade horária do trabalhador e jornada de trabalho foram piores, em termos de seus impactos sobre a evolução da taxa de desemprego, do que no período entre 2002 e 2008. Além disso, o PIB cresceu a uma taxa inferior, em 0,77 ponto percentual ao ano (em média), no segundo período aqui definido em comparação com o primeiro. Estes fatores, em princípio, teriam contribuído para um aumento na taxa de desemprego no intervalo entre 2009 e 2013 (ou, pelo menos, para que a mesma se reduzisse, no segundo período, de forma mais lenta do que se reduziu no primeiro). Todavia, um menor crescimento da PIA e da taxa de participação, entre 2009 e 2013, em comparação com o intervalo anterior, foram decisivos para promover a manutenção da taxa de desemprego no período mais recente aqui definido, em comparação com o período 2002-2008. O que se pôde constatar, portanto, quando foram comparados dois períodos de diferente desempenho em termos de evolução do PIB, é que, na segunda etapa do período estudado (ou seja, no subperíodo entre 2009 e 2013), os fatores incidentes sobre a oferta da força de trabalho foram os principais a explicar a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego. Enquanto no período 2002-2008 a taxa de desemprego reduziu-se especialmente por causa do crescimento do PIB, no período 2009-2013 o crescimento do PIB, embora significativamente inferior ao do primeiro período, também foi importante para a manutenção da trajetória de queda da taxa de desemprego, mas esta somente manteve trajetória semelhante (na verdade, até mesmo um pouco melhor) à do primeiro período por causa do comportamento mais favorável à queda da taxa de desemprego exibido pelas variáveis PIA e taxa de participação (PEA/PIA).

O trabalho mostrou ainda (reforçando e explicando alguns dos resultados obtidos na decomposição de fatores) que, entre 2003 e 2013, houve o ingresso de cerca de 3,3 milhões de novos alunos no sistema de ensino superior. Programas sociais de financiamento e bol-



sas de estudo a estes alunos, como o FIES e PROUNI, cresceram de forma exponencial no mesmo período. O avanço da renda nas famílias que recebiam até 3 salários correspondeu a 201,1% no espaço de uma década. Estes dados serviram para esclarecer a motivação da queda na participação dos jovens até 24 anos no mercado de trabalho – reforçando relações entre renda média familiar e movimentos na taxa de participação (especialmente nos casos dos mais jovens) em um mercado de trabalho com as características do mercado de trabalho brasileiro. Estes jovens, provavelmente, tiveram a oportunidade de procurar melhores qualificações, postergando sua entrada no mercado de trabalho. Desta forma, fica patente o papel que essas políticas sociais tiveram na redução da taxa de participação da força de trabalho – que, conforme mostrado, foi muito mais intensa justamente na faixa etária dos beneficiários dos referidos programas, ou seja, os mais jovens.

Desta forma, pode-se concluir que a conjugação de fatores que levaram a um melhor nível de crescimento econômico, ao lado de políticas de transferência de renda e de expansão de matrículas em cursos de nível superior estão entre os fatores que explicam a queda da taxa de desemprego até o ano de 2013. Após a crise de 2008/9, a intensificação dos mencionados programas de transferência de renda e a expansão do número de matrículas em nível superior tiveram papel decisivo para a contínua queda da taxa de desemprego que vinha ocorrendo já desde meados da primeira década do século 2000, compensando os efeitos desfavoráveis da perda de dinamismo econômico pós-2008 e amplificando os efeitos positivos decorrentes das mudanças demográficas que ocorreram no período.

A partir de 2014, porém, a taxa de desemprego deixou de se reduzir, provavelmente como resultado dos 4 anos de desaceleração da atividade econômica ali completados. A partir do início do ano de 2015, a taxa de desemprego voltou a subir e certamente esse resultado adverso deve estar relacionado aos efeitos recessivos da política econômica adotada desde o início do segundo mandato da presidente Dilma, ao mesmo tempo em que se colocam em prática medidas que já têm promovido a redução de alunos matriculados em instituições de nível superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMITRANO, Cláudio Roberto. Elasticidade emprego-produto no Brasil. In: **IPEA. Carta de Conjuntura**: dez. 2013. 21. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. p. 93-105.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel de Abreu. Uma Análise da Redução da Taxa de Desemprego. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 39, 2011, Rio de Janeiro. Economia do Trabalho. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011.

CARDOSO JR, José Celso. De Volta para o Futuro? As Fontes de Recuperação do Emprego Formal no Brasil e as Condições para sua Sustentabilidade Temporal. **IPEA, Texto para Discussão 1310**. Brasília, novembro de 2007.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho na Grande São



Paulo. **Tese de Doutorado**. IE/UNICAMP, 1990.

_____. O Desemprego no Brasil e seu diagnóstico hoje no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 18, n. 1 (69), p.99-119, jan/mar. 1998.

_____. e CUNHA, J. M. P. Migração e Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. **Revista de Estudos de População**. Campinas, 2002.

DELGADO, Guilherme C. Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica. Brasília: IPEA, 1997 (**Texto para Discussão**, 477).

ILO. Recovery and growth with decent work. International Labour Conference, 99ª session. **Report of the Director-General**. Geneva, ILO, 2010.

MATTOS, Fernando A. M. Emprego público no Brasil: aspectos históricos, inserção no mercado de trabalho nacional e evolução recente. **Texto para Discussão 1582**. Brasília (DF): IPEA, fev. 2011.

MOURA, Rodrigo Leandro de; BARBOSA FILHO, Fernando Holanda. Evolução Recente da Informalidade no Brasil: Uma Análise segundo Características da Oferta e Demanda de Trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...Foz do Iguaçu: ANPEC**, 2013

MORETTO, Amilton J.; PRONI, Marcelo Weishaupt. O desemprego no Brasil: análise da trajetória recente. **Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 10, n. 2, p.7-35, dez. 2011.

NEVES JÚNIOR, L.; PAIVA, L. H. **A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de políticas**. Nota técnica. [s.n.], 2007. Projeto CEPAL/OIT/PNUD. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-Bottom.xsl>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

OFFE, Clauss. **Capitalismo Desorganizado**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

PRONI, Marcelo Weishaupt. O paradoxo do pleno emprego no Brasil. **Revista ABET**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.98-118, dez. 2013.

RAMOS, Lauro. O desempenho recente do mercado de trabalho: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. **Texto para Discussão 1255**. Brasília (DF): IPEA, jan. 2007.

SANTOS, Fernando Siqueira dos. Ascensão e Queda do Desemprego no Brasil: 1998-2012. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41, 2013, São Paulo. **Anais... Foz do Iguaçu: ANPEC**, 2013. p. 1 - 20.